

2.^a SESSÃO: AS COOPERATIVAS DE CONSUMO

Num período de crise económica em que as taxas de inflação relativas aos bens alimentares chegam a ultrapassar as taxas médias de inflação (por ex., no período de 1976-1981 a taxa média/ano no sector de alimentação e bebidas foi de 24,5% enquanto o índice geral de preços foi de 22,0%) e sabendo que logicamente são as classes de menores rendimentos as mais afectadas por esta situação de diminuição do poder de compra, a problemática das cooperativas de consumo assume especial importância, orientada não só no aspecto quantitativo (fornecimento de bens a preços inferiores aos correntes no mercado) mas também no qualitativo (defesa da qualidade dos produtos consumidos, orientação do consumidor).

As cooperativas de consumo poderão, pois, (sem alimentarmos muitas ilusões a este respeito) constituir um meio organizativo de defesa (parcial) relativamente à subida do custo de vida, mas não só. Todos nós sentimos, mais ou menos, uma degradação crescente dos produtos consumidos (estado de conservação, introdução de produtos tóxicos) e simultaneamente, também, uma certa impotência (individual) de exercer um controlo sobre esta situação, agravada pelos efeitos da publicidade e pela multiplicação de marcas. A luta pela defesa da qualidade de consumo assume, assim, uma especial importância. E a sua organização terá que ser forte para poder enfrentar as cada vez mais fortes cadeias de produção e comercialização, em que os responsáveis são difíceis de identificar.

Tendo sido pioneiras no desenvolvimento do movimento cooperativo, estamos hoje conscientes de que as cooperativas de consumo não atingirão os seus objectivos sem uma ligação a formas semelhantes (ou pelo menos não antagónicas) na produção e distribuição. Mas, apesar disso, elas não deixarão de constituir um importante espaço de minoração e de resistência aos efeitos nocivos do «consumismo» não esquecendo o papel pedagógico que possam desempenhar neste domínio. Por isso as escolhemos como tema de debate para esta sessão, que conta com a participação de activistas de cooperativas, e onde serão desenvolvidas e discutidas, nomeadamente nas duas intervenções que o vão iniciar, entre outras, algumas das questões que, sumariamente, acabamos de levantar.

Maria Manuel Leitão Marques